

Entre o Atlântico e a Europa: O Fim do Império e a Redefinição do Papel de Portugal no Sistema-Mundo

*Adriano de Freixo**

*O teu destino é nunca haver chegada
O teu destino é outra Índia e outro mar
E a nova nau lusíada apontada
A um país que só há no verbo achar
(Manuel Alegre)*

O Império Colonial Português começou a ser formado, a partir do século XV, no processo da expansão marítima europeia, e teve o seu apogeu no final do século XVI, quando se estendia por todos os continentes. A organização deste império baseou-se principalmente no estabelecimento de feitorias, destinadas ao comércio de especiarias e outras mercadorias, fato este que acabou tornando-o uma construção relativamente frágil e pouco enraizada, devido basicamente à ausência de uma política de povoamento e de penetração dos territórios conquistados, com exceção do Brasil e de alguns territórios na África.

Esta expansão imperial de Portugal também fez com que a língua portuguesa se espalhasse pelo mundo: entre os séculos XVI e XVIII, o português tornou-se “língua franca” nos portos da Índia e do Sudeste Asiático, permitindo a comunicação entre diferentes povos, além de se tornar o idioma mais falado em toda costa africana. Porém, devido à sua fragilidade, o Império Colonial português foi sendo desmantelado, e a maior parte das possessões orientais portuguesas foi sendo perdida para os holandeses e ingleses, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, restando-lhe somente alguns territórios na Índia (Goa, Damão, Dáu), China (Macau) e Oceania (Timor). A independência do Brasil, em 1822, acabou

* Mestre em História Política (UERJ) e Doutorando em História Social pela UFRJ, onde desenvolve uma pesquisa intitulada “Comunidade Lusófona: a reinvenção do Império Português através da língua”. Atualmente é Coordenador do Curso de Graduação em Relações Internacionais do UniBennett- Centro Universitário Metodista.

tornando as possessões africanas (Guiné, Angola, Moçambique e alguns territórios insulares) no último bastião do Império Colonial Português, juntamente com as possessões orientais remanescentes.

Durante a corrida imperialista - ocorrida nas últimas décadas do século XIX -, Portugal só conseguiu manter os seus territórios da África devido, basicamente, “à incapacidade de seus rivais modernos chegarem a um acordo quanto à maneira exata de dividi-los entre si” (HOBBSBAWM, 1989: 89). Assim, paradoxalmente, a fraqueza do Estado Português, muito mais que a sua força, foi a grande responsável pela manutenção dos domínios portugueses em África. Desta forma, sob a “proteção” da Grã-Bretanha que tinha grandes interesses econômicos e estratégicos na região, e que mantinha uma secular relação de dominação sobre Portugal, este consegue fazer valer seus interesses na Conferência de Berlim.

Porém, como condição para manter seus domínios, Portugal assumiu o compromisso de iniciar o processo de ocupação efetiva de suas colônias africanas, visto que a presença portuguesa nestes territórios tinha sido, até então, bastante esparsa. A ocupação e a estruturação do Império Colonial, o chamado “Terceiro Império”, passava então a ser a preocupação fundamental de Portugal: começava aí a construção do grande “sonho imperial” português. Este projeto vai sofrer alguns sérios revezes, como o *Ultimatum* britânico de 1890, em que a Inglaterra sepulta as pretensões portuguesas de constituir uma única colônia ocupando toda a largura da África, de Angola a Moçambique. Apesar disso, os territórios africanos tornaram-se prioritários para o Estado Português e para os interesses da burguesia nacional que, por mais fraca que fosse, também procurava, naquele momento, novas áreas de investimento. É importante ressaltar, como exemplo dessa nova política africana, que o Estado Português, neste contexto, procura redirecionar para as colônias africanas, embora sem grande sucesso, fluxos de emigração portuguesa, que se dirigiam, sobretudo, para o Brasil.

A última década do século XIX e as duas primeiras do século XX marcaram o início da estruturação, de fato, do Império Colonial Português mediante a “pacificação” das populações nativas, a organização político-administrativa e a exploração econômica do mesmo, principalmente através de concessões à empresas estrangeiras, notadamente às britânicas. Ao mesmo tempo, em Portugal, promoviam-se intensas campanhas para angariar apoio popular ao projeto imperial, criando-se mitos, como o do “Portugal único, multirracial e pluricontinental” ou o da “missão civilizadora” portuguesa, que se consolidariam nas décadas seguintes. É interessante notar que este processo acontece sem descontinuidades mesmo com as mudanças de regime, a exemplo da instituição do regime republicano, em 1910, ou da implantação da ditadura militar, em 1926.

Porém, o projeto imperial português somente atingiu a sua plenitude a partir da instituição do regime salazarista, no início dos anos 30. Este regime é geralmente definido como uma ditadura de características fascistas, principalmente quando se leva em consideração a classe social beneficiária do regime, a burguesia monopolista, e os seus traços fundamentais, institucionalizados na Constituição de 1933 e no Estatuto do Trabalho Nacional, bases da organização política do Salazarismo. Dentre estes traços pode-se destacar o sistema de partido único, proibição de greves, criação da polícia política, sindicatos corporativos e, é lógico, a concentração de poderes nas mãos de António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros.

Por outro lado, o “Estado Novo” português possuiu algumas características particulares que o diferenciavam dos demais Estados ditatoriais que se formaram na Europa no mesmo período, principalmente a presença de fortes ingredientes ideológicos do conservadorismo católico e de uma forte tradição direitista e antiparlamentar que existiam em Portugal antes mesmo do surgimento do fenômeno mais geral do fascismo no continente europeu.

Foi neste período que o Império consolidou-se política e administrativamente, adquirindo também uma importância fundamental para a economia portuguesa. Além disso, fortalece-se o mito do “destino imperial” português, através de um intenso processo de construção ideológica, onde o império é apresentado como elemento essencial da identidade nacional e em que a idéia da “missão civilizadora” da nação portuguesa é elaborada dentro de uma perspectiva fortemente nacionalista.

Este discurso vai sendo cuidadosamente construído durante todo esse período, não só pelo Estado Português, mas por todo um grupo de intelectuais dentro e fora de Portugal, dentre os quais se destaca o brasileiro Gilberto Freyre, com sua elaboração da idéia de uma “Civilização luso-tropical”, plurirracial e “progressista”, que é apropriada pelo Estado Português e disseminada com bastante eficiência dentro e fora de Portugal, como bem destaca Norrie MacQueen, ao citar o episódio em que Amílcar Cabral, líder da luta pela Independência de Guiné e Cabo Verde, ao participar da Conferência Pan-Africana de Tunes (1960), ouviu de outro delegado presente a afirmação de que “com eles a situação era diferente, pois estavam bem com os portugueses” (MACQUEEN, 1998: 32). Sobre esta questão, Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, também afirmava em 1967:

Nós sozinhos, primeiro do que ninguém, levamos à África a noção de direitos humanos e de igualdade racial. Nós sozinhos, praticamos o princípio do plurirracialismo, que agora todos consideram ser a mais perfeita expressão de fraternidade humana e progresso sociológico (...) As nossas províncias africanas são mais desenvolvidas, mais progressivas em todos os campos do

que qualquer território recentemente independente em África, a sul do Saara, sem exceção. (DAVIDSON, 1977: 5)

Em seu aspecto econômico-financeiro, a política colonial salazarista, definida por Perry Anderson como “ultracolonialista” (ANDERSON, 1966), determinava para as colônias o papel clássico de fontes de matérias primas para a metrópole, estabelecendo-se assim um moderno “pacto colonial”, onde as colônias estavam impossibilitadas de manter quaisquer relações comerciais ou financeiras diretas com outros países. Desta forma, estabelecia-se uma forte relação de dependência entre as colônias e a metrópole, concretizada através da criação da chamada “Zona do Escudo”, que se constituía em um espaço comercial de exclusividade entre a colônia e a metrópole, favorecendo assim os grandes grupos econômicos monopolistas metropolitanos, principalmente àqueles interessados na industrialização de Portugal, que eram os maiores defensores deste papel “complementar” das economias coloniais:

Para os industrialistas, “solidariedade econômica” significava “industrializar a metrópole e colonizar o ultramar”: reservar os mercados das colônias às exportações metropolitanas e dar facilidades às importações que delas viessem, desde que fossem matérias-primas necessárias e úteis, em termos de custos, à industrialização metropolitana. Tratava-se de subordinar a economia colonial ao plano de desenvolvimento industrial português. (MATTOSO, s/d: 288)

Esta política acaba sendo de importância vital para a reestruturação econômico-financeira implementada por Salazar em Portugal, em resposta à conjuntura econômica mundial, nos anos que se seguiram à grande crise de 1929. Os lucros obtidos com os produtos primários das colônias africanas e os pagamentos em ouro recebidos em troca da utilização da mão-de-obra moçambicana na África do Sul, contribuíram decisivamente para o equilíbrio da economia portuguesa durante a década de 30 e durante os anos da Segunda Grande Guerra.

Durante estes anos do Estado Novo, a inserção de Portugal nas Relações Internacionais foi marcada por uma postura de relativo isolamento, devido essencialmente à condenação da Comunidade Internacional à política colonialista portuguesa, principalmente a partir da década de 1950, quando se intensificou o processo de descolonização afro-asiática.

Tal processo - iniciado imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando as velhas potências imperialistas européias, enfraquecidas pelas sucessivas

crises, passam a sofrer grandes pressões de suas colônias em favor da emancipação – fez com que, nas antigas colônias, se fortalecessem movimentos emancipacionistas de caráter nacionalista que se posicionavam contrariamente ao colonialismo, ao racismo e ao imperialismo. Com o avanço da descolonização, essas ex-colônias africanas e asiáticas começaram a articular-se naquilo que ficou conhecido como “Bloco do Terceiro Mundo”, estruturado, basicamente, a partir da Conferência de Bandung (1955). Esse Bloco, que começa a crescer e a ter voz bastante ativa na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, foi o responsável pela articulação de uma violenta condenação da Comunidade Internacional à Política Colonial Portuguesa, a partir dos anos 50.

No campo internacional, os anos 50 trouxeram particulares dificuldades ao imperialismo português. As guerras mundiais, uma vez terminadas, engendraram instituições que mobilizavam consciências sensíveis à guerra. Portugal já fora denunciado na liga das nações, nos anos 20, pelas suas práticas de trabalho colonial. Agora, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas dirigiam as atenções para a questão fundamental do colonialismo. (MACQUEEN, 1998: 30)

Porém, se por um lado Portugal era condenado internacionalmente por sua política colonial, por outro, a própria debilidade econômica de Portugal - que o tornava econômica e tecnicamente incapacitado para aproveitar de modo pleno e de forma lucrativa os imensos recursos existentes em suas colônias - fez com que estas se tornassem uma área de especial interesse para o capital internacional, em especial a partir dos anos 50. Com pouca disponibilidade de capitais para investir, Portugal abriu seus domínios ultramarinos para que companhias estrangeiras investissem na produção e na infra-estrutura, assumindo assim um papel secundário em suas próprias colônias, e definindo um modelo de “colonialismo dependente”. Desta forma, os interesses do capital internacional acabaram gerando uma espécie de “tolerância” das grandes potências para com a presença portuguesa na África, apesar do clamor geral pela descolonização.

Assim, o Império português era sustentado por elos econômicos que combinavam uma quase restrição mercantilista com complexas redes representativas dos interesses dos capitais da Europa Ocidental, da América do Norte e da África do Sul. Embora nem sempre fosse visível, as pressões para agüentar a África Portuguesa, e para proteger o capital europeu em Portugal

e nas suas colônias, estavam profundamente interligadas (...).
(MAXWELL, 1999: 45)

Além disto, Salazar soube aproveitar-se muito do clima da Guerra Fria, nos anos 50 e 60, para manter a sua posição em relação à África, graças ao forte conteúdo anticomunista do Salazarismo e a posse por Portugal de algumas áreas estratégicas para a geopolítica do período, como os Açores, que possuíam uma importante base aérea utilizada pelos EUA em diversas ocasiões, e Angola e Moçambique, que possuíam portos estratégicos para a defesa dos interesses dos EUA e de seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Atlântico Sul e no Índico. Assim, a entrada de Portugal na OTAN se deu, em 1949, sem maiores problemas. Com isto, as pressões contra o colonialismo português acabavam sendo esvaziadas:

A nível multilateral, a pressão sobre Portugal não era mais óbvia nem mais útil. Apesar das repetidas denúncias na Assembleia Geral das Nações Unidas, sistematicamente ignoradas por Portugal, este podia normalmente contar com a proteção de seus amigos. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, as três potências com assento permanente no Conselho de Segurança, sempre frustraram, coletiva ou individualmente as tentativas da Assembleia Geral para tomar quaisquer medidas significativas contra Lisboa durante toda a década de 60 e os primeiros anos da década seguinte. (MACQUEEN, 1998: 79-80)

Devido a toda esta situação, as pressões internacionais contrárias ao colonialismo português só terão como efeito prático a adoção, por parte do governo português, de uma medida de “maquiagem”: a partir de 1951, as colônias passam a ser chamadas de “Províncias Ultramarinas” ou “Territórios Ultramarinos”, o que não altera nada as bases em que se assentava a dominação colonial.

Assim, a inserção de Portugal nas relações internacionais durante o Regime Salazarista apresentou alguns aspectos paradoxais, visto que se, por um lado, a “política isolacionista” deliberadamente implementada pelo regime, aliada à condenação da opinião pública internacional à política colonial portuguesa e ao próprio regime salazarista, mantiveram Portugal numa postura de relativo isolamento no contexto internacional, por outro, os interesses econômicos e financeiros e as determinações político-estratégicas da conjuntura mundial naquele momento, acabaram por garantir a integração de Portugal dentro do Sistema Mundial.

Ironicamente, foi este Império Colonial, tão caro ao regime salazarista, que desempenhou um papel de extrema importância na derrocada do “Estado Novo

Português”, quando a partir do início dos anos 60, nesse contexto mais amplo do processo de descolonização afro-asiática, as colônias africanas começaram a articular a luta para se livrar da dominação metropolitana. Estas “guerras coloniais” contribuíram decisivamente para abalar as estruturas do regime ditatorial existente na metrópole, tornando-se um aspecto fundamental do colapso do “Estado Novo”, que culminou com a Revolução dos Cravos, em abril de 1974, pois o prolongamento dessas Guerras começou a solapar as bases de apoio do Estado Novo, e fez com que setores que tradicionalmente apoiavam o regime - como a Igreja, os Militares e a Burguesia Monopolista - assumissem uma postura crítica em relação a este, engrossando, assim, as fileiras da tradicional oposição portuguesa formada por comunistas, socialistas e democratas, que se uniu em torno de alguns objetivos comuns que seriam o fim da Guerra Colonial, a modernização do país e a democratização das forças armadas e da própria sociedade portuguesa.

Assim, vinte e cinco minutos após a meia-noite do dia 25 de abril de 1974, o radialista José Vasconcelos, da Rádio Renascença, emissora católica de Lisboa, tocou, em seu programa “Limite”, a canção “Grândola, Vila Morena”, do compositor José Afonso: era a senha para o início da revolta que iria mudar os rumos de Portugal, e que nos primeiros dias foi chamado de Revolta dos Capitães, para em seguida receber o nome de Revolução dos Cravos, a flor de abril em Portugal. Chegavam ao fim os 48 anos da mais obscura ditadura europeia:

No dia 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, de jovens oficiais, derrubava a ditadura de mais de meio século de existência. Pregava a democracia e o fim do colonialismo. Assim, comenta um africano, “o povo português era o primeiro a ser libertado em grande parte graças à luta heróica dos guerrilheiros africanos”. O exército colonial, sentindo-se derrotado, volta as suas armas contra a Metrópole e dá uma primeira oportunidade a seu povo de conquistar a sua própria libertação. (LINHARES, 1981: 104)

Desta forma, ao mesmo tempo, em que o regime salazarista caía por terra, também desmoronavam os velhos mitos do “destino imperial” português e da “missão histórica” de Portugal. Com isto, cinco séculos depois do início de sua Expansão Marítima, Portugal volta a ficar restrito aos limites de seu pequeno território.

O período que se seguiu à Revolução de Abril foi marcado por intensa agitação política e social, com diversos projetos políticos e concepções distintas de sociedade se confrontando no confuso cenário político português, e com o processo

revolucionário passando por marchas e contramarchas. Somente em 1976, com a promulgação de uma nova constituição, politicamente bastante avançada, e com a eleição de Ramalho Eanes para a Presidência da República, as instituições democráticas começaram a consolidar-se em Portugal. Porém, se por um lado, Portugal foi conseguindo se estabilizar politicamente, por outro, o país passou por sérios problemas econômicos, nos primeiros anos após a Revolução: uma reforma agrária mal-executada gerou uma queda brutal na produção de alimentos e o aumento das importações fez com que a dívida externa atingisse níveis altíssimos. Além disto, a independência das colônias, em 1975, fez com que Portugal perdesse importantes fontes de matérias-primas, além do que o regresso de mais de 800 mil colonos fez com que os graves problemas sociais do país se agravassem.

Ao analisar todo esse processo, é interessante notar a maneira com que o povo português lida com ele. Era de se esperar que a derrocada de um Império de cinco séculos, que o Estado Português considerava como “parte indivisível” da nação, representasse um trauma profundo para os portugueses. Porém, em um dos momentos mais importantes de sua história, mais uma vez o povo português esteve “ausente de si mesmo” (LOURENÇO, 1982: 47), pois, no período que se seguiu à descolonização, os portugueses passaram por uma verdadeira amnésia coletiva em relação à África, como se Portugal nunca tivesse sido uma nação imperial, ou como nos diz Eduardo Lourenço, “pelo império devimos outros, mas de tão singular maneira que na hora em que fomos amputados à força (mas nós vivemos a amputação como voluntária) desse componente imperial de nossa imagem, tudo pareceu passar-se como se jamais tivéssemos tido essa famigerada existência imperial e em nada nos afetasse o regresso aos estreitos e morenos muros da pequena casa lusitana” (*Idem*: 41).

Assim, da mesma maneira que o Estado Novo construiu os mitos do “colonialismo exemplar” e da “Civilização Luso-Tropical”, trabalha-se a descolonização com a mesma perspectiva, ou seja, como um exemplo de descolonização negociada, e “o país foi posto diante do fato consumado e como tal o recebeu, não só porque tinha a vaga consciência de que não era possível outra solução, como supunha – talvez a justo título – que era o preço a pagar por sua própria libertação” (*Idem*: 64).

Este momento representou uma ruptura significativa para o Estado e para a sociedade portuguesa, redefinindo as suas estruturas internas e a sua inserção nas relações internacionais contemporâneas, pois com a vitória da Revolução dos Cravos, iniciou-se a descolonização do Império Ultramarino Português, concretizada durante os anos de 1974 e 1975, quando as últimas tropas portuguesas deixaram as ex-colônias. Este acontecimento marca o início do processo que Boaventura de Souza Santos irá chamar de “reterritorialização”, ou seja, o retorno

de Portugal aos limites de seu território, cinco séculos depois de iniciar a formação de seu Império Colonial (SANTOS, 1999).

Esta “reterritorialização” reflete-se no já assinalado desinteresse de Portugal em relação às ex-colônias durante os anos que se seguiram à descolonização, pois, como bem assinala David Birmingham, “depois da revolução, Portugal não tinha aspirações sérias a restaurar a sua posição em África à maneira do império ‘neocolonial’ francês. Uma amnésia nacional profunda cobriu quase tudo que se relacionava com a África (...)” (BIRMINGHAM, 1998: 234).

Porém, ao mesmo tempo em que passa por esta “reterritorialização”, Portugal insere-se em um novo processo de “desterritorialização” (SANTOS, 1999), desta vez em relação à Europa. De fato, a Revolução dos Cravos e o processo histórico que se seguiu a ela, marcaram o fim da “política atlântica” que caracterizava a inserção de Portugal nas relações internacionais até então e definiram o seu retorno para “os braços da Europa”, praticamente relegando a um segundo plano as suas relações com as ex-colônias:

Enquanto estava de costas voltadas para a África, Portugal ganhava grandemente com o facto de ter chegado a um entendimento com a Europa. O pedido de adesão à Comunidade tinha sido feito pelos governos socialistas no final da década de 70, mas as negociações foram levadas a cabo pelos governos conservadores dos anos 80, dirigidos por políticos reabilitados que tinham funcionado como uma pequena ala ‘liberal’, na última legislatura de partido único anterior à Revolução. Entrar para a Europa era considerado um reconhecimento de respeitabilidade democrática, para além da abertura de novas portas à economia. (BIRMINGHAM, 1998: 236)

A integração à Europa, concretizada pela aceitação de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, e, posteriormente, pelo seu ingresso na União Europeia - UE, nos termos do Tratado de Maastricht, faz com tivesse início um processo de redefinição do papel de Portugal no Sistema Mundial. Ao analisar este papel, Boaventura de Souza Santos utiliza o conceito de “sociedade semiperiférica” ou de “desenvolvimento intermédio” (SANTOS: 1990), formulado inicialmente por I. Wallerstein (1984), e adaptado por ele ao caso português.

Este conceito foi criado por Wallerstein como uma categoria intermediária entre as categorias básicas do sistema mundial, ou seja, as categorias de países centrais e países periféricos, e pode ser aplicada, historicamente, a Portugal, que na época do Império Colonial já se encontrava nesta situação, pois funcionava como centro em relação às suas colônias e periferia em relação aos países centrais do

capitalismo, desempenhando o papel de “correia de transmissão” entre eles. O fim do Império Colonial Português não acabou com este papel semiperiférico de Portugal, ao contrário, fez com que ele se mantivesse em outras bases, e é esta questão que nos parece fundamental para o entendimento da inserção de Portugal nas relações internacionais contemporâneas.

Ao procurar redefinir seu papel no sistema mundial, Portugal encara a integração à Europa como uma questão essencial, “porque a UE é o centro de uma das três grandes regiões do sistema mundial - os centros das outras regiões são o Japão e os EUA - a integração na UE tende a criar a ilusão credível de que Portugal por se integrar ao centro, passa a ser central” (SANTOS, 1999: 64). Por outro lado, as próprias características das estruturas internas da sociedade portuguesa impedem que esta promoção ao centro se efetive de fato, embora, ao mesmo tempo, a integração à UE garante que Portugal não seja rebaixado à condição de periferia.

Sendo assim, a tendência é a de que Portugal consolide, em novas bases, sua condição de semiperiferia do sistema mundial, procurando, inclusive, estabelecer e consolidar com suas ex-colônias, dentro do âmbito da UE, uma nova relação, “atuando mais uma vez (embora de modo muito diferente) como correia de transmissão entre o centro europeu e a periferia africana de expressão oficial portuguesa” (*Idem*: 65).

É dentro deste contexto que entendemos os esforços portugueses para a estruturação e consolidação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), constituída oficialmente em 1996. A idéia da criação de uma comunidade lusófona não é nova: podemos encontrá-la, sob diferentes perspectivas desde, pelo menos, a década de 50. Já nos momentos finais do Estado Novo, parte significativa da elite portuguesa defendia, dentro de uma perspectiva econômica neocolonialista, a formação de uma espécie de *commonwealth* com as colônias. A existência desse projeto pode ser comprovada pelas propostas de Spínola em *Portugal e o Futuro* - onde analisando a situação de Portugal, ele defendia a idéia de que a questão colonial não tinha solução militar possível e de que somente a autonomia progressiva das colônias e o reconhecimento dos direitos dos povos africanos à autodeterminação, poderiam resolver o impasse gerado pelas guerras coloniais. Para ele, o caminho para a quebra do isolamento português no cenário internacional passava pela solução do problema colonial, com a formação de uma espécie de *commonwealth* portuguesa, fazendo com que as colônias permanecessem ligadas a Portugal através desta Federação de Estados Autônomos (SPÍNOLA, 1974) - ou em publicações da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social), entidade ligada à burguesia portuguesa, que defendia, em 1974, a “definição de uma nova política portuguesa em relação aos territórios ultramarinos, com o aparecimento de estados juridicamente independentes, ainda que ligados à antiga metrópole por estreitos

vínculos econômicos e culturais” (SANTOS, 1990: 25). Sob outra perspectiva, cultural e civilizacional, encontramos a idéia de uma grande comunidade luso-afro-brasileira nos escritos do historiador Joaquim Barradas de Carvalho que, em 1974, já a defendia (CARVALHO, 1974: 79-81)

Além disso, a proposta de uma comunidade lusófona também encontra bastante ressonância entre as elites dirigentes das ex-colônias portuguesas que, por vezes, arrasadas por conflitos de origem étnica, têm na língua portuguesa (mesmo, em muitos casos, ela não sendo majoritária) um dos poucos elementos de “unidade nacional” e mesmo de integração à comunidade internacional.

Desta forma, para Portugal, a constituição da CPLP, sob sua hegemonia, adquire uma importância estratégica para a definição de seu papel no sistema mundial e nas relações internacionais contemporâneas, isto porque pode funcionar não somente como “moeda de troca” dentro da União Européia, mas também, a partir de uma perspectiva cultural, para a consolidação da língua portuguesa como a quinta ou sexta língua mundial, impedindo que o espanhol torne-se o único idioma representativo da cultura ibero-latino-americana, reforçando assim o papel de Portugal no cenário internacional, como bem coloca Walnice Nogueira Galvão:

Vista pelo ângulo dos portugueses, não se pode deixar de aceitar a questão da unidade lingüística com Brasil e África como crucial, pois é aí que podem manobrar com o peso dos grandes números - e com a possibilidade de se impor em todo o globo como uma da meia-dúzia de línguas de cultura. (GALVÃO, 1998: 199)

Assim, podemos concluir afirmando que, com a integração à Europa praticamente concretizada, Portugal ensaia um retorno à “política atlântica”, desta vez dentro de novos parâmetros, procurando estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura. Retoma-se assim, a antiga idéia de uma comunidade lusófona, “visão de caráter mais ou menos utópico, a partir da década de 50, teorizada por intelectuais da craveira de Agostinho da Silva, Gilberto Freyre, Joaquim Barradas de Carvalho, Adriano Moreira, Darcy Ribeiro, entre outros” (BRAGA, 1999: 37). Com a integração de Portugal à UE, esta comunidade adquire também dimensões políticas e econômicas, como bem destacava Agostinho da Silva ao afirmar, em 1986, que o “importante é que as raízes comuns se mantêm; agora, que tudo mudou, é que se vai fazer o relacionamento, através, sobretudo das ligações econômicas”, ressaltando também a importância desta comunidade “para a posição de Portugal na CEE e para a modificação de bastante coisas na Europa” (*Idem*: 30-31).

Além disto, a própria adesão à União Europeia propicia a Portugal uma “margem de manobra” para a articulação do mundo lusófono que ele, isoladamente, não teria. Assim, como escreveu Williams Gonçalves, “explorando todas as oportunidades que o pertencimento à União Europeia lhe oferece, Portugal tem buscado ocupar o lugar que, de direito histórico, considera seu. Embora sem força econômica suficiente para atuar como uma verdadeira potência neocolonial, Portugal luta para exercer a liderança da Comunidade” (GONÇALVES, 2000: 401). Com tudo isto, podemos afirmar que, sem sombra de dúvida, a articulação da CPLP é um dos aspectos fundamentais da política externa portuguesa nos últimos anos e que, de certa forma, ela traduz uma releitura, sob nova perspectiva, do velho “sonho imperial” português.

Bibliografia

- ALEGRE, Manuel. *30 anos de Poesia*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- BIRMINGHAM, David. *História de Portugal - Uma perspectiva Mundial*. Lisboa: Terramar, 1998.
- BRAGA, José Alberto (Coord.). *José Aparecido: o Homem que Cravou uma Lança na Lua*. Lisboa: Trinova, 1999.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?* Lisboa: Livros Horizonte, 1974,
- DAVIDSON, Basil. . Os Valores Coloniais Portugueses. In: FERREIRA, Eduardo de Souza. *O Fim de uma Era – O Colonialismo Português em África*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Desconversa (Ensaios Críticos)*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.
- GONÇALVES, Williams. Brasil e Portugal: Diplomacia e Política. In: SANTOS, Gilda (Org). *Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces – Revista Convergência Lusíada, 17 – Número Especial*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios – 1875-1914*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LINHARES, Maria Yeda. *A Luta contra a Metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- MACQUEEN, Norrie. *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*. Mem Martins: Inquérito, 1998.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal – O Estado Novo (vol. 7)*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d.
- MAXWELL, Kenneth. *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento, 1990.
- SPÍNOLA, António de. *Portugal e o Futuro*. 5.ed. Lisboa: Arcádia, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Resumo

Após a Revolução dos Cravos, em 1974, e o processo de descolonização das “províncias ultramarinas” portuguesas que imediatamente se seguiu, Portugal deixou de lado a “política atlântica” que o caracterizou historicamente, e efetivou um processo de retorno “aos braços da Europa”, depois de mais de cinco séculos. A implementação desta “política europeia” fez com que Portugal, praticamente, virasse as costas para as suas ex-colônias em uma espécie de “amnésia nacional” em relação a tudo que se referisse ao antigo Império Colonial. Porém, a partir de meados da década de 1980, com a integração à Europa praticamente concretizada, Portugal ensaiou um retorno a uma “política atlântica”, desta vez dentro de novos parâmetros, procurando estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura. Foi neste contexto que se iniciou a articulação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, criada oficialmente em julho de 1996, que tem sido uma das questões essenciais no âmbito da diplomacia portuguesa nestes últimos anos.

Palavras-chave: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Relações Luso-Afro-Brasileiras; Portugal; Relações Internacionais Contemporâneas

Abstract

After the Revolução dos Cravos, in 1974, and the end of its overseas empire, Portugal disregards its historical “Atlantical Policy” by giving priority to an “European Policy”, turning secondary the relations with the countries that had formed that colonial empire. However, since the end of 1980’s, with the integration to Europe practically concretized, Portugal assays a return to an “Atlantical Policy”, this time inside new parameters, trying to establish a new kind of relationship with its ex-colonies based on the language, civilization and culture. It was in this context that started the articulation of the Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, created in 1996, which has been one of the priorities of Portuguese diplomacy.

Key-words: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Contemporary International Relations; Revolução dos Cravos; Portugal